



REESTRUTURAÇÃO URBANA EM MACEIÓ-AL PÓS SUBSIDÊNCIA DO SOLO

O desequilíbrio na atuação dos agentes produtores do espaço

Urban restructuring in Maceió-AL after soil subsidence

The unbalance in the action of space-producing agents

Mirella Murta Gomes Rizzo

*Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Alagoas, Brasil
mirella.rizzo@fau.ufal.br*

Caroline Gonçalves dos Santos

*Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Alagoas, Brasil
caroline.santos@fau.ufal.br*

RESUMO

Considerado um desastre socioambiental urbano em curso, o caso da subsidência do solo em Maceió-Alagoas-Brasil é tratado como exemplo de referência para analisar o processo de reestruturação urbana pós atividades de mineração. Vinculada a políticas neoliberais, a cidade tem sua dinâmica alterada e conduzida pelo capital, onde um dos principais agentes de reestruturação é o mesmo responsável por causar o problema: a empresa Braskem. Assim, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, análise de documentos oficiais e notícias de atualização sobre o crime para a comparação e contraste entre as atuações dos agentes produtores do espaço, destacando o desequilíbrio entre eles. Após 4 anos da identificação do responsável pelo afundamento do solo e rachaduras em edificações, e 4 anos desde o início das remoções de cerca de 57 mil pessoas de 5 bairros de Maceió, as transformações ocorrem de maneira desacompanhada, sem planejamento e sem protagonismo do Estado nas negociações.

Palavras-chave: reestruturação urbana, desastre, agentes produtores do espaço, neoliberalismo.

Eixo temático: 1. Cidade e Projeto.

Tópico: Planejamento, políticas e governança.

ABSTRACT

Considered an ongoing urban socio-environmental disaster, the case of subsidence of the soil in Maceió-Alagoas-Brazil, is treated as a reference example to analyze the process of urban restructuring after mining activities. Linked to neoliberal policies, the city has its dynamics changed and led by capital, where one of the main agents of restructuring is the same responsible for causing the problem: the company Braskem.

Thus, bibliographical research, analysis of official documents and up-to-date news about crime are used to compare and contrast the actions of the space producing agents, highlighting the imbalance between them. After 4 years of identifying the entity responsible for the sinking of the soil and cracks in buildings, and 4 years since the beginning of the removals of about 57 thousand people from 5 neighborhoods of Maceió, the transformations occur unattended, without planning and without State protagonism in the negotiations.

Keywords: urban restructuring, disaster, space-producing agents, neoliberalism.

Thematic clusters: 1. City and Project.

Topic: Planning, policies and governance.

Introdução

Em 2018, fortes chuvas seguidas de um tremor de terra de 2,5 pontos na escala Richter em Maceió-AL evidenciaram a exploração inadequada do minério de sal-gema (usado na produção de cloro e soda cáustica). A abertura de minas subterrâneas que não seguiam o dimensionamento de segurança, bem como o fechamento incorreto desses poços, é de responsabilidade da mineradora Braskem, segundo o parecer técnico emitido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em maio de 2019. Assim, a subsidência do solo, ou afundamento do solo, foi um processo que ficou conhecido na capital por apresentar na superfície do terreno seus efeitos visíveis por meio de rachaduras nas construções e grandes cavidades em algumas localidades, constituindo o início dos desdobramentos do crime socioambiental.

Os bairros de Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol foram posteriormente classificados como área de risco pela Defesa Civil, fazendo com que cerca de 57 mil pessoas se deslocassem pelo território metropolitano sem acompanhamento ou ordenamento do poder público. Dessa forma, desocupou-se cerca de 14,3 mil imóveis após concluídas transações extrajudiciais firmadas entre empresa e vítimas, ressaltando que tais negociações foram permitidas e incentivadas pelo Estado – em acordos firmados com a mineradora – sob o pretexto de acelerar o esvaziamento das áreas mapeadas como zonas de risco. A capital possui em torno de 958 mil habitantes, segundo o censo de 2022 do IBGE, e essa quantidade de deslocados representa em torno de 5,7% do total da população. Atualmente, todos os imóveis esvaziados estão em processo de demolição, com exceção dos patrimônios culturais edificados situados majoritariamente em Bebedouro. São aproximadamente 275 hectares de área desocupada, com o desligamento de equipamentos urbanos voltados à saúde (24); à educação (24); templos religiosos (13); e de uso institucional (17). A linha férrea também foi interrompida, restringindo a mobilidade da cidade principalmente no sentido norte-sul, e sobrecarregando as linhas de ônibus enquanto único transporte público restante.

Mais recentemente, reconheceu-se que as regiões do Flexal de Cima e Flexal de Baixo também sofrem diretamente as consequências do desastre por estarem em situação de "ilhamento socioeconômico" (Brasil, 2022). Porém, mesmo reconhecido tal fato e de ser constatada a vontade da população de desocupar a área (G1 AL, 2022), a empresa segue com o Projeto Integração Urbana e Desenvolvimento dos Flexais (Projeto Flexais, 2023), contrariando a premissa de que é necessário atentar-se para a perda de fixos (equipamentos, casas, vias) e de fluxos (a dinâmica social, o ir e vir) em casos de desastres (Vargas, 2016), já que as regiões supracitadas dependiam da troca e interação com os bairros agora esvaziados.

Apesar de passados 4 anos após a identificação do problema e do responsável, o acontecimento é estudado como um desastre socioambiental urbano em curso, entendendo o conceito de desastre como descrito por Quarantelli como "essencialmente o resultado das ações humanas" (2015:40), se diferenciando de catástrofe por possuir um caráter menos emergencial. Assim, sob o pretexto de se evitar uma catástrofe, a celeridade na resolução dos conflitos seguiu a lógica de negociações *contratuais*, a exemplo de outros conflitos ambientais resultantes de desastres ocasionados por mineradoras no Brasil, como evidenciado por Zhou et al (2016), ainda que estes não tenham ocorrido em espaço urbano.

Diante disso, as repercussões do caso são sentidas em todo o território da cidade e região metropolitana muito além da área afetada diretamente, e seus impactos na reestruturação do território urbano são evidenciados neste artigo por meio de análises de ações e inações dos agentes produtores do espaço urbano. Como metodologia, são utilizados: I) conceitos de desastre, reestruturação urbana, agentes urbanos e multiterritorialidade associados com as informações apresentadas pelo índice FipeZAP+ sobre venda de imóveis residenciais na cidade; II) o Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) elaborado pela empresa Diagonal, contratada pela Braskem; III) as ações veiculadas pela mineradora em suas redes sociais e propagandas televisivas; IV) o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), de responsabilidade da Braskem; V) bem como contribuições presentes em dossiê crítico sobre as “escutas públicas” da empresa Diagonal elaborado por pesquisadoras(es) e movimentos sociais.

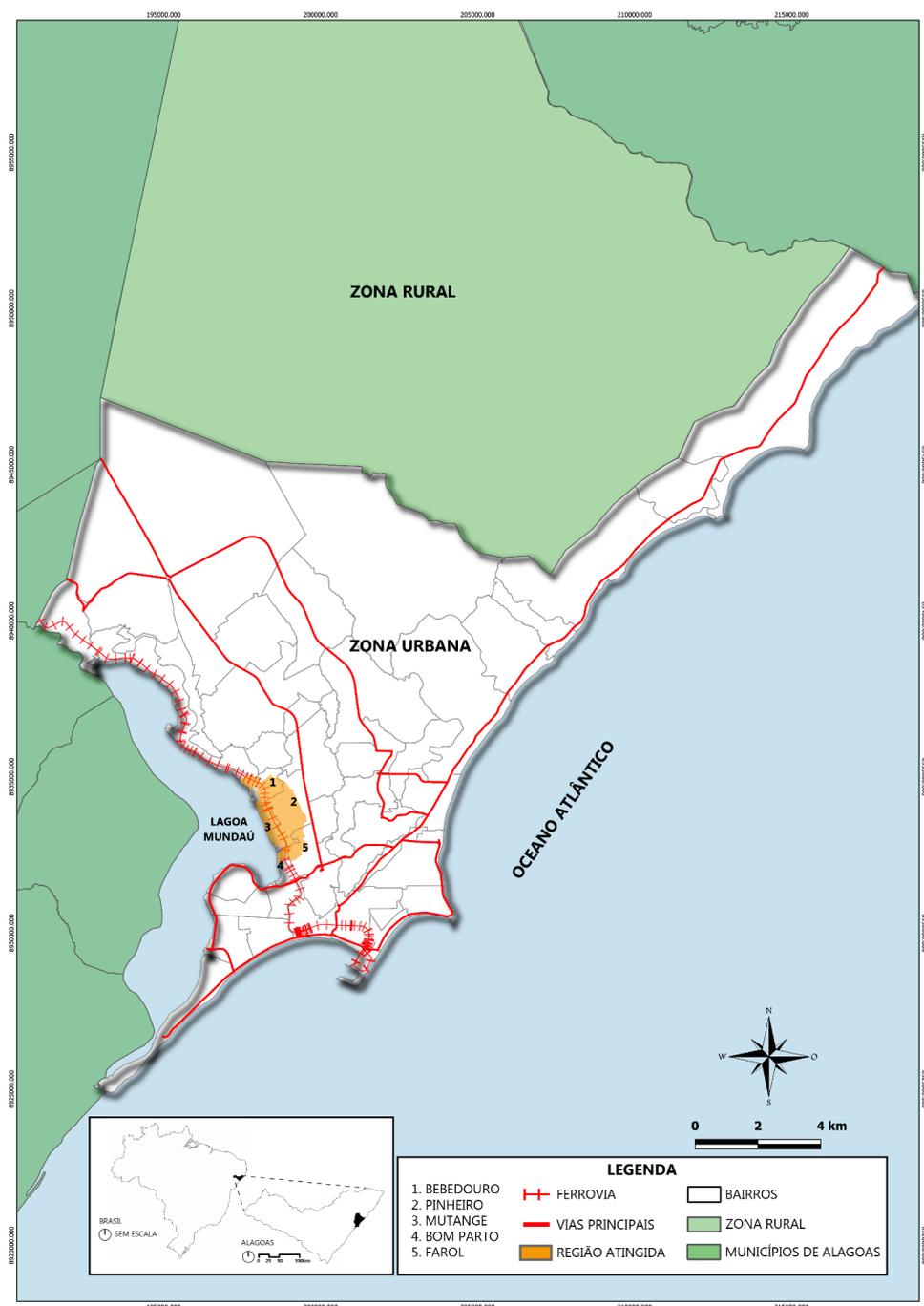


Fig. 01: Mapa de Maceió-AL-BR mostrando a localização da área atingida. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Prefeitura de Maceió e Braskem (2023)

A continuidade de um desastre, como o apresentado, vai além da solução física do problema. É fato que as minas subterrâneas de extração de sal-gema estão em processo de fechamento e estabilização; que ainda existem desocupações em negociação nas áreas de risco e de monitoramento; que demolições, obras de terraplanagem e estudos sísmicos estão sendo realizadas para mitigar o problema. Porém, as extensas consequências – impactos ambientais, sociais, urbanos, culturais, geológicos, humanitários e políticos – impedem que exista uma solução simples para algo com essa complexidade. O território em processo de desocupação, como mostrado na figura 01, situa-se em uma parte da cidade que se configurava como centralidade e a migração intraurbana desordenada provocada pelo esvaziamento potencializou problemas anteriores presentes na capital, como o intenso adensamento de bairros, ausência de diversificação de eixos viários e modais públicos, sobrecarga de equipamentos urbanos, alta no custo de moradia e vulnerabilização da população.

1. Descompassos entre Estado e Braskem

Os agentes produtores do espaço urbano são definidos por Corrêa (1989) como os proprietários do meio de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, os quais interferem no espaço urbano defendendo cada um seus interesses. Tal estudo parte do princípio de uma cidade essencialmente capitalista. Desse modo, uma das estratégias para que o capitalismo neoliberal se consolide enquanto tecnologia de governo, consciente ou inconscientemente, é que haja participação dos donos dos meios de produção, bem como o setor imobiliário, na tomada de decisões na cidade, sem a regulação necessária promovida pelo Estado. É assim que Maceió se equipara a outras cidades capitalistas do sul global ao priorizar interesses privados mesmo em situação de exceção, como no desastre aqui apresentado.

Apesar de imediatamente após o desastre o Estado ter atuado fazendo a defesa da sociedade civil, com ações mais rigorosas que vão desde a execução de obras de reparo e monitoramento local até a suspensão de licenças ambientais da Braskem, observa-se que a partir das remoções dos moradores de área de risco ele adquire comportamento inerte. Isso permitiu que a empresa causadora do dano se tornasse protagonista, apropriando-se do discurso de “parceira das comunidades atingidas” e “parceira do Estado” em estratégias de comunicação (Nascimento & Silva Sobrinho, 2022).

Uma amostra do poder adquirido pela mineradora é representada nas figuras 02 e 03, realizadas em julho e agosto de 2022, que exibem o início e fim da Av. Major Cícero de Góes Monteiro, no bairro do Mutange, pelo programa *Google Earth*. Já não é mais possível ter acesso à avenida presencialmente – por se tratar de uma zona restrita ao público, uma vez que possui obras de fechamento de poços e de terraplanagem da encosta do Mutange –, e nem mesmo virtualmente, impossibilitando a visualização de imagens da vida urbana anteriores ao crime. Além disso, a figura 04 mostra o acompanhamento do equipamento de fotografia do Google por um segurança de empresa terceirizada pela Braskem. É comum que qualquer veículo que circule pela área seja escoltado, um comportamento que pode ser entendido como, no mínimo, intimidante a quem deseja ver a situação de perto. Outra grande interferência sentida na cidade relaciona-se à mobilidade. O território de Maceió é deficiente quanto à diversidade de eixos viários, e a área esvaziada costumava ser uma opção de desvio do trânsito da Av. Fernandes Lima, uma das principais que cortam a cidade sentido norte-sul. Mesmo diante do desastre, ainda há veículos que circulam em vias paralelas que cruzam o bairro do Pinheiro (figura 05).



Fig. 02 e 03: Capturas de tela da Av. Major Cícero de Góes Monteiro. Fonte: Google Earth (2023)



Fig. 04 e 05: Capturas de tela das ruas Miguel Palmeira e Manoel Menezes, respectivamente. Fonte: Google Earth (2023)

Como existem espaços obstruídos dentro da região afetada, a população se informa sobre as ações de intervenção urbana por três maneiras principais: 1) por meio de vídeos de 1 minuto divulgados pela Braskem nas mídias – ironicamente intitulados “Braskem explica” – ou pelo site da empresa, que tem linguagem mais bem examinada em Nascimento e Silva Sobrinho (2022); 2) por notícias em veículos de informação e por meios oficiais (esse último com linguagem mais limitadora devido ao uso de jargões e termos técnicos), atingindo as pessoas que escolhem ter contato com esse tipo de conteúdo; 3) por senso comum, em que rumores alimentam o imaginário coletivo sobre o futuro da região e a destinação dos 198 milhões de reais (corrigidos anualmente desde 2020, ano de assinatura do Termo de Acordo Socioambiental – TAS) previstos para “[...] ações compensatórias a serem implementadas em benefício da população de Maceió” (Brasil, 2020:18). A informação que chega mais facilmente para o público, então, vem desacompanhada de explicações mais precisas sobre as atualizações do caso.

Logo, mais uma vez a participação popular é afastada da discussão em torno da cidade. Isso é visto desde o início quando por escolha do poder público – representado pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE) ou outro órgão administrativo de âmbito federal, estadual ou municipal – foram assinados Termos de Acordo com a Braskem para extinguir ações civis públicas sobre vários assuntos. A celeridade ganhada nas negociações dos conflitos, no entanto, ocorreu sem escutar as demandas dos atingidos, pulverizando e desmobilizando grupos sociais a ponto de não participarem massivamente, por exemplo, das recentes escutas públicas para elaboração do Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas (Diagonal, 2021) promovidas pela Diagonal (empresa prestadora de serviços à Braskem) em março de 2023, adiadas em mais de um ano da data inicialmente prevista. A ausência na participação também foi sentida com relação aos representantes do Estado, que não se manifestaram durante o momento de fala do público nos quatro dias de evento.

Esse desequilíbrio na atuação dos agentes faz com que se criem condicionantes para que as resoluções do desastre sejam efetivadas: a Braskem cobra medidas dos órgãos públicos e vice-versa. Assim, quando o poder público permite que empresas como a Diagonal determinem ações de reestruturação que desconsideram as manifestações, sugestões e críticas da sociedade civil ao Diagnóstico, permite também que o comportamento recorrente de não se planejar a cidade seja perpetuado. É nesse contexto que um

dossiê crítico foi elaborado por pesquisadores e movimentos sociais (Prates, Padilha & Nunes, 2023) a fim de oficializar as discordâncias com relação ao documento apresentado pela Diagonal e qualificar o debate junto ao Ministério Público. É necessário entender, ainda, que intervenções no tecido urbano relevantes o suficiente para alterar dinâmicas da cidade, como o desastre socioambiental da Braskem, devem possuir acompanhamento da gestão pública para que contemple minimamente os interesses públicos. Assim, Sposito atenta para as causas de uma estruturação urbana, sendo acometida tanto por somas quanto por retiradas:

O que diferentes autores que têm adotado a expressão estruturação pretendem ao agregar o sufixo “cão”, parece-nos que seria garantir a passagem da idéia de que estamos falando de um processo contínuo, múltiplo e contraditório, e por essas qualidades, ele contém sua própria negação. Isso deve ser considerado, pois a estrutura urbana, como expressão momentânea do processo mais amplo de estruturação é redefinida não apenas pela expansão territorial ou pelo acréscimo de novos usos de solo, mas também por desestruturações, ou seja, pela destruição de formas urbanas, pela negação de usos de solo urbano antes existentes ou pela total ausência deles em parcelas dos espaços urbanos que, anteriormente, tiveram funções econômicas e/ou importantes papéis simbólicos. (Sposito, 2004, p. 312 como citado em Santos, 2008:2 com grifo nosso).

Nesse sentido, compreendemos que o crime socioambiental aqui apresentado é uma modificação tão impactante no tecido urbano de Maceió que convém chamar suas consequências territoriais de reestruturação. As alterações que percebemos atualmente incluem obras de mobilidade urbana, concentrando esforços em recuperação e ampliação de eixos viários e não estimulando o transporte público ou à diversificação de modais, mesmo tendo interrompido a única via ferroviária da capital:

No tocante aos Projetos de Mobilidade Urbana, foi definido um conjunto total de 11 (onze) ações que contemplam a implantação de 20 km de vias duplas nos principais corredores viários (Avenida Menino Marcelo, Avenida Durval de Góes / Avenida Fernandes Lima / Rua Professor José da Silveira Camerino), construção de nova ligação de 2,37 km entre os principais corredores viários, 12 km de restauração de vias existentes e um sistema de semaforização e videomonitoramento. A implantação destas 11 ações passa pelas etapas de projetos, licenciamento, contratação e execução de obras. Das ações previstas, 8 já tem seus projetos executivos concluídos e 3 estão em andamento de execução física. (Braskem, 2023b: 17).

Outras ações incluem o esvaziamento e demolição de 275 hectares de solo urbano, ainda sem definição sobre o futuro do terreno, já que existe uma previsão de estudos geotécnicos para comprovar a estabilidade do solo. O ordenamento da área está sujeito também à atualização do Plano Diretor de Maceió, documento desatualizado desde 2005 e sem previsão de ser revisado. Além disso, estão sendo feitas obras de terraplanagem e drenagem na encosta do Mutange e fechamento de poços de extração de sal-gema e monitoramento do solo. Ainda, é esperada a efetivação do PAS após a conclusão do Diagnóstico com as contribuições feitas em escuta pública, destacando que a realização de um Diagnóstico para a cidade é de extrema importância para estratégias de intervenções territoriais futuras.

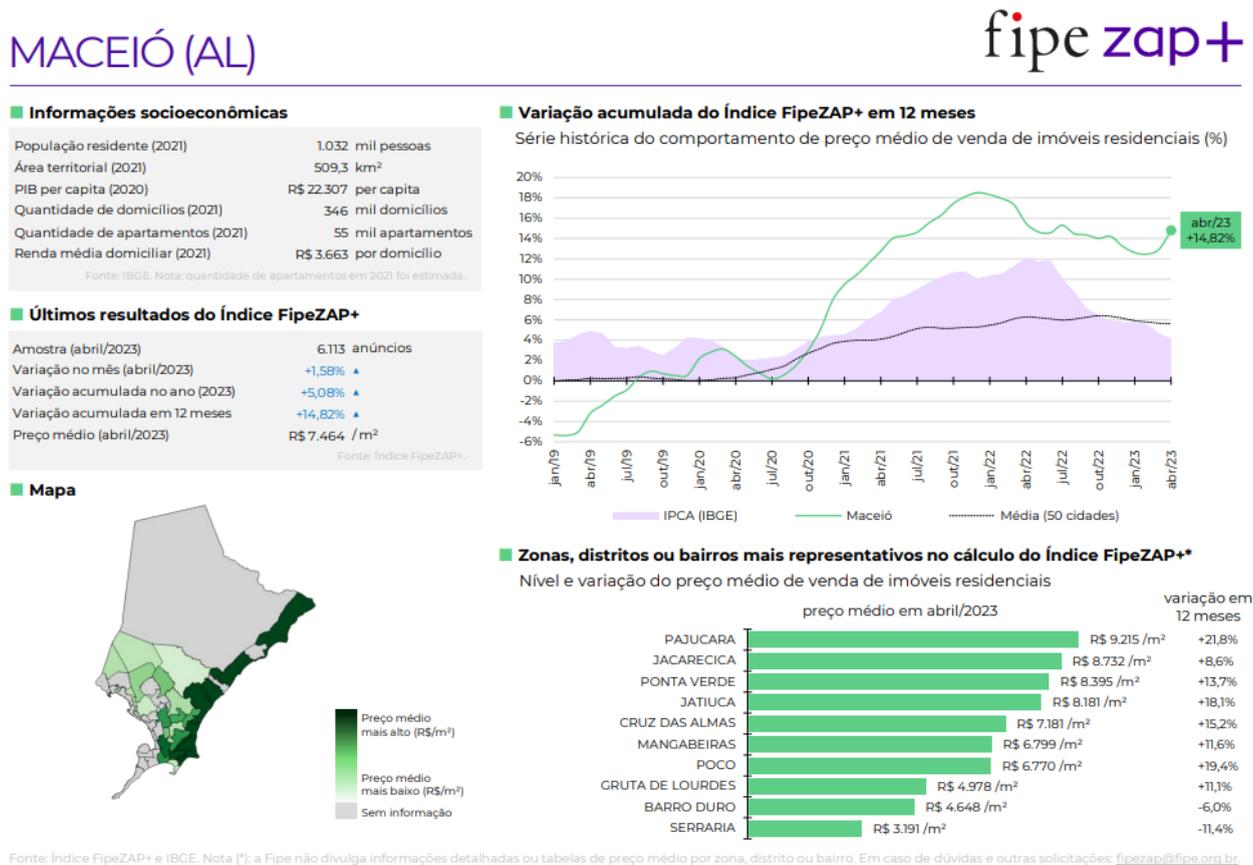
Por isso, um diagnóstico mal elaborado e, nesse caso, com imprecisões sobre a metodologia de levantamento de dados, impacta diretamente no Plano de Ações para reestruturação urbana do município. Há dúvidas sobre a credibilidade dos resultados apresentados, o que influencia diretamente na definição dos locais de intervenção e aplicação de políticas urbanas. É por tal motivo que a amostragem e metodologia da pesquisa aplicadas devem ser transparentes, propiciando inclusive que a academia contribua com o contraste de dados e promoção de discussões construtivas sobre o assunto. O material pode e deve servir como instrumento de direito para a sociedade maceioense, examinando o acontecimento como um desastre, e não como um “evento geológico” (Diagonal, 2021), e deixando nítido a ordem dos fatos que culminaram na responsabilização da empresa Braskem pelo crime.

Não é a primeira vez que a produção de documentos de interesse público é feita para amenizar os efeitos negativos de instalação e funcionamento de grandes “investimentos” privados. Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) que antecedem uma licença ambiental, por exemplo, costumam ser feitos pela empresa

interessada em realizar um serviço que irá afetar ambientalmente o local escolhido. Na verdade, a regulação existe para que esses empreendimentos sejam viabilizados em conjunto com planos e estratégias para enfrentamento dos possíveis impactos detectados, mesmo sendo eles danosos. A negação da existência de um problema não o faz deixar de existir, apenas dificulta a condução caso ele aconteça, e é essa imprecisão de previsibilidade de resultados negativos que pode vir a acontecer se o poder público não acompanhar e fiscalizar, com um corpo técnico grande o suficiente, os documentos apresentados.

2. Quando o desastre vira negócio

Tratar como “oportunidade” a destruição ocorrida não é exclusividade da Braskem. Outro agente que se beneficia da reestruturação urbana desordenada vista em Maceió é o mercado imobiliário. A pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) leva em conta os preços nos anúncios de venda de imóveis do tipo residencial e mostra que a alta desses preços na cidade tem atualmente variação acima da média nacional, segundo o relatório de abril de 2023 do índice FipeZAP+ (Fipe Zap, 2023), como mostrado na figura 06. Os bairros de Pajuçara, Jacarecica, Ponta Verde, Jatiúca e Cruz das Almas estão todos situados na chamada “parte baixa” – área costeira – da capital e se revezam com o preço do metro quadrado residencial mais caro a cada mês. Essa alta do valor é celebrada mercadologicamente como uma oportunidade de negócio e investimentos, principalmente daqueles advindos de fora, considerando que o território possui características comuns de capitais litorâneas com relação ao turismo e ofertas de empreendimentos residenciais de alto padrão junto à orla. Essas oportunidades são, na realidade, restritas a quem tem um alto poder aquisitivo, não direcionadas à maioria da população deslocada dos bairros afetados pela subsidência do solo.



ÍNDICE FIZEZAP+ DE VENDA RESIDENCIAL

INFORME DE ABRIL/2023

Fig. 06: Página 26 do informe de abril/2023 do índice FipeZAP+ de vendas residenciais. Fonte: FipeZAP+ (2023)

O perfil econômico da população residente de Maceió não acompanhou o fenômeno de disparada de preços. Na verdade, o que impulsionou a procura (e conseqüentemente a oferta) de imóveis residenciais foi a migração de cerca de 60 mil pessoas das áreas de risco e monitoramento. O Programa de Compensação Financeira e apoio à Realocação (PCF), além de outras determinações, estabelece valores pré-determinados para os imóveis e compensações a danos sofridos pagos pela Braskem aos atingidos. Assim, a dispersão das pessoas pelo território intensificou vulnerabilidades sociais e adensamentos em regiões já consolidadas, visto que não havia opção de moradia semelhante à moradia perdida. Essa “realocação” não pode ser assim chamada por não ter ocorrido ordenadamente. Pelo contrário, como a moradia é uma necessidade primária, as próprias vítimas fizeram a busca de imóveis com base na disponibilidade e acabaram sofrendo, também, pelo fenômeno de especulação imobiliária.

Dessa forma, a tendência, em conjunto com o que vem sendo observado nos últimos meses, é de que o preço das residências se estabilize, mesmo que ainda em alta, com investimentos em empreendimentos majoritariamente na parte baixa da cidade. O aumento do adensamento já perceptível nessa região evidencia uma preocupação com a manutenção desses lançamentos à médio e longo prazos, quando os investimentos começarem a decair. Outras áreas da cidade, como os bairros circunvizinhos ao desastre, não possuem cobertura de seguro e são impedidas de receber financiamento imobiliário (CQCS, 2023), o que limita ainda mais as opções de quem procura um imóvel. Essas dinâmicas, enquanto parte do espaço urbano, constituem o que Haesbaert (2005) chama de multiterritorialidade, uma “sobreposição de territórios” onde sua apropriação pelos afetados é sinônimo de resistência.

Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria. (Haesbaert, 2005:6775).

Os bairros desocupados possuem entre si características socioeconômicas muito distintas que direcionaram a “escolha” do novo local de moradia em Maceió e região metropolitana. De acordo com o Plano Diretor de Maceió (2005), Pinheiro e Farol são bairros classificados como macroáreas de densidade populacional controlada, enquanto Mutange, Bebedouro e Bom Parto classificam-se como bairros prioritários para infraestrutura, ocupados por uma população em situação de vulnerabilidade social, em assentamentos precários, com infraestrutura urbana inadequada e irregular e com uma deficiência na oferta de saneamento básico. Sendo assim, a população mais vulnerável acabou partindo para bairros carentes de infraestrutura e mais distantes do centro da cidade, afetando a mobilidade e tempo de deslocamento para as atividades em geral. A figura 07 de um dos mapas presentes no Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico do PAS - Parte II: Caderno de Mapas Temáticos e mostra a “classificação da densidade populacional com a indicação de grandes conjuntos habitacionais e condomínios construídos entre 2010 e 2020, possibilitando a análise dos vetores de expansão urbana” (Diagonal, 2022:40) segundo dados do IBGE de 2010.

4. Referências

BRASIL. Ministério Público Federal. (2020). *Termo de acordo para extinguir a ação civil pública socioambiental. Processo nº 0806577-74.2019.4.05.8000.* Maceió-AL. Recuperado de https://www.mpf.mp.br/al/arquivos/2021/Acordo_ambiental.pdf. (Consulta: 27/05/2023).

BRASIL. Ministério Público Federal (2022). *Termo de acordo para implementação de medidas socioeconômicas destinadas à requalificação da área do Flexal.* Maceió-AL. Recuperado de <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro/arquivos/integra-do-termo-de-acordo-para-implementacao-de-medidas-socioeconomicas-destinadas-a-requalificacao-da-area-do-flexal>. (Consulta: 25/05/2023).

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). (2019). *Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL): Relatório síntese dos resultados nº 1.* Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia. Recuperado de <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/21133/1/relatoriosintese.pdf> (Consulta: 20/04/2023).

BRASKEM. (2023a). Sítio da Braskem. <https://www.braskem.com.br/alagoas> (Consulta: 20/04/2023).

BRASKEM. (2023b). *Relatório da Administração Braskem 2022.* Recuperado de: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/540b55c5-af99-45f7-a772-92665eb948e9/58b44223-b90e-bd19-3a61-e262e3a01ca2?origin=1>. (Consulta: 27/05/2023).

CORRÊA, R. (1989). *O espaço urbano.* São Paulo: Editora Ática.

CQCS (2023). TRF-5 livra seguradoras de cobrir área de risco em Maceió. Recuperado de: <https://cqcs.com.br/noticia/trf-5-livra-seguradoras-de-cobrir-area-de-risco-em-maceio/>. (Consulta: 26/05/2023).

DIAGONAL (2021). *Plano de Ações Sociourbanísticas: Diagnóstico Técnico-Participativo do PAS.* Recuperado de https://diagonalsocial-my.sharepoint.com/personal/maisdialogos_diagonal_social/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos%2FDiagn%C3%B3stico%20T%C3%A9cnico%20Participativo%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos&ga=1. (Consulta: 20/05/2023).

DIAGONAL (2022). *Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico do PAS - Parte II: Caderno de Mapas Temáticos.* Recuperado de https://diagonalsocial-my.sharepoint.com/personal/maisdialogos_diagonal_social/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos%2FDocumento%20T%C3%A9cnico%20Complementar%20E2%80%93%20Parte%20II%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos&ga=1. (Consulta: 20/05/2023).

FIPE ZAP. (2023) Índice Fipe Zap venda residencial. Informe de abril de 2023. Recuperado de <https://downloads.fipe.org.br/indices/fipezap/indice-fipezap-202304-residencial-venda.pdf>. (Consulta: 24/05/2023).

G1 AL. (2022). Moradores dos Flexais, em Maceió, protestam por realocação da área afetada pela mineração. Recuperado de <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/05/17/moradores-dos-flexais-em-maceio-protestam-por-realocacao-da-area-afetada-pela-mineracao.ghtml>. (Consulta: 15/05/2023).

HAESBAERT, R. (2005). Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.* São Paulo, USP, AGB, 6.774-6.792. Recuperado de

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. (Consulta: 20/04/2023).

Lei n. 5.486, de 30 de dezembro de 2005. (2005). Institui o Plano Diretor do município de Maceió, estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano e dá outras providências. Maceió, AL. Recuperado de https://www.sedet.maceio.al.gov.br/servicos/pdf/plano_diretor/00_lei_municipal_5486.pdf. (Consulta: 23/05/2023).

NASCIMENTO, P., & SILVA SOBRINHO, H. (2022). A “língua da mineração”: produção de sentidos na comunicação midiática da empresa Braskem S.A. em Maceió-AL. *RUA*, 28 (1), 5–25. Recuperado de <https://doi.org/10.20396/rua.v28i1.8670291>.

PRATES, C., PADILHA, I. e NUNES, N. (org). (2023). *Dossiê crítico sobre as “escutas públicas” da empresa Diagonal, no âmbito do Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas – PAS.* Maceió, AL. (Não publicado).

Projeto Flexais | Projeto Integração Urbana e Desenvolvimento dos Flexais - Maceió/AL. (2023). Recuperado de <https://projetoeflexais.com.br/>. (Consulta: 20/04/2023).

QUARANTELLI, E. (2015). Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. *O Social em Questão*, (33), 25-56.

SANTOS, J. (2008). Reestruturação urbana x reestruturação da cidade: o caso de Salvador. *X Colóquio Internacional de Geocrítica*. Recuperado de <https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/388.htm>.

VARGAS, M. (2016). Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. *Cadernos Metrópole*, 18 (36), 535–558. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3611>.

ZHOURI, A., VALENCIO, N, OLIVEIRA, R., ZUCARELLI, M., LASCHEFSKI, K., & SANTOS, A. F. (2016). O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, 68 (3), 36-40. <https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>.